

# A tragédia dos ursos e outras mensagens: observações sobre a e-política e a globalização

por Simone Pereira de Sá e Afonso de Albuquerque

“O horror! O horror!”  
Joseph Conrad

## Introdução

VEJA A CRUELDADE DISSO E JUNTE-SE A LISTA:

A tragédia dos ursos na China : PEDIMOS O FIM DAS FAZENDAS DE URSOS!

Você acha que algum ser deste planeta merece isso?

ANIMALS ASIA FOUNDATION - Jill Robinson - China

WSPA - Victor Watkins - Inglaterra

FAUNA FREE - Felicitas Barreto - Brasil

Pedimos compaixão ao governo da China. A China mantém hoje 10.000 (dez mil) ursos aprisionados para extração de biliar da vesícula desses animais. Os ursos são colocados horizontalmente em gaiolas que mais parecem caixões, eles introduzem um cateter nos animais que fica sugando o líquido da vesícula constantemente, os ursos nem se quer podem virar-se e nessas condições de sofrimento intermináveis eles ainda vivem de 15 a 20 anos.

Não podemos aceitar que essa crueldade, tortura, barbárie continue a fazer parte da vida desses pobres ursos, por mais um minuto sequer, cada minuto que passa é decisivo para eles entre SOFRER e VIVER.

Com a pata puxam a comida através do pequeno vão da jaula. Para saciar a sede, os pobres ursos têm que esticar a língua para lambem as barras da jaula. Têm dores alucinantes de ficarem aproximadamente 15 anos na mesma posição deformando-lhes os ossos. São 15 anos ou 180 meses ou 5.475 dias ou 131.400 horas 78.844.000 minutos contínuos de dor.

Para obterem a biliar promovem o mais terrível comércio. Durante a extração do líquido plantam um tubo na vesícula, a outra extremidade fica para fora da barriga do urso onde um equipamento de metal suga a biliar. As dores do urso ultrapassam todos os limites imagináveis. Ele urra de dor, se mutila, procura suicidar-se. Eles o prendem com colete de metal, colocam-no na jaula com barras de pressão e o dopam.

Para maiores informações, visite:

<http://www.geocities.com/Baja/2324/>

Para ajudar, basta assinar pedindo o fim das Fazendas e enviar para todas as pessoas possíveis. Se você for a centésima pessoa a assinar, por favor envie a lista para:

[ramona@unikey.com.br](mailto:ramona@unikey.com.br) <mailto:ramona@unikey.com.br> ou [tacohen@gbl.com.br](mailto:tacohen@gbl.com.br)

E faça outra cópia da lista para continuar sua circulação.

Obrigada, A.L.C.R.

O texto acima reproduz uma mensagem dentre tantas outras que, regularmente, vêm dar nas caixas de e-mail dos internautas pelo mundo afora. O conteúdo e o tom (um tanto bizarros) da mensagem não devem nos iludir quanto à sua verdadeira natureza: trata-se de uma mensagem de cunho inequivocamente político, e de um tipo de mensagem política que tem se tornado cada vez mais comum. Ressalvadas as diferenças existentes quanto ao seu *tema*, podemos identificar uma série de coincidências entre “A tragédia dos ursos na China” e mensagens sobre “A guerra do Talibã contra as mulheres” e “Timor Leste”.

Em todos os casos, a internet é usada como recurso de mobilização política, e o formato “carta-corrente” é o escolhido; os patrocinadores das mensagens são ativistas

políticos; os temas dizem respeito a questões de âmbito local que, entretanto, recebem o tratamento de problemas globais, cuja resolução diz respeito à Humanidade como um todo; a forma narrativa e um estilo fortemente dramático são utilizados para capturar a atenção do leitor e incentivá-lo a se tornar um sócio na tarefa de divulgar as mensagens para um número de internautas tão grande quanto o possível. Mensagens como essas revelam traços importantes de uma nova ecologia política em constituição, na qual novas tecnologias interativas de comunicação e informação desempenham um papel cada vez mais importante.

O argumento desenvolvido no artigo se desdobra em três partes. A primeira insere o fenômeno das cartas-corrente políticas em seu contexto mais amplo, tendo em vista problemas como o da globalização e suas consequências políticas e econômicas, das novas tecnologias de comunicação e informação, da política das identidades culturais, etc. A segunda parte aborda problemas relativos à internet e as novas formas de sociabilidade que se estabelecem em torno dela. Em particular, ele enfoca questões referentes ao e-mail, um meio consideravelmente menos estudado que o universo Web e tece algumas considerações sobre o recente fenômeno da “ciberpolítica”. A terceira parte considera mais de perto o problema das cartas-corrente políticas, e o faz tendo em vista dois aspectos: o da *forma narrativa* das mensagens e o modo de interlocução que ela instaura entre os agentes últimos da mensagem e seus receptores/possíveis divulgadores e o do *conteúdo*, isto é, das representações do mundo recorrentes nessas mensagens.

Em linhas gerais, este artigo defende que as cartas-corrente eletrônicas constituem um novo e importante recurso de comunicação política, que permite aos ativistas políticos divulgar mensagens para um vasto público, sem ter que negociar com os parâmetros de “importância” e “interesse” dos meios de comunicação tradicionais. O que não significa que as cartas-corrente eletrônicas deixem de impor aos ativistas as suas próprias regras. Dado que, por definição, as cartas-corrente *dependem* da colaboração ativa dos seus destinatários para serem passadas adiante, o apelo a recursos dotados de grande poder de mobilização emocional provavelmente exercerá uma influência positiva no que se refere às chances de sucesso de uma carta-corrente.

Em particular, as cartas-corrente analisadas neste artigo têm em comum o fato de traduzirem questões políticas em dramas de horror do Terceiro Mundo. Trata-se, ao que parece, de uma solução eficaz, com consequências, porém, no que se refere à representação do mundo que delas resulta: um mundo dividido entre um Ocidente civilizado e povos bárbaros, habitados essencialmente por vilões e vítimas. O destinatário das mensagens é convidado a intervir nesse drama e lhe é sugerido que poderá fazê-lo de forma simples, assinando a lista e a reenviando para amigos e conhecidos. Ao fazê-lo ele está, mais do que simplesmente afirmando o seu compromisso com a causa particular de que trata cada carta-corrente, construindo para si uma identidade de “ocidental”.

## **1) Globalização, tecnologia e identidades transnacionais**

O tema “globalização” se tornou lugar comum no debate acadêmico nas últimas décadas do século XX. O fenômeno, porém, é muito mais antigo, assim como o interesse despertado por ele. Já na metade do sec. XIX Marx identificava a globalização como uma consequência lógica da vocação expansionista do sistema capitalista, em busca de matérias primas e novos mercados para seus produtos. Na análise do autor, como se sabe, o

desenvolvimento do capitalismo terminaria fundamentalmente por conduzir a uma divisão da Humanidade em duas classes antagônicas: uma burguesia numericamente restrita e detentora dos meios de produção e uma imensa massa proletária, miserável. Dessa forma, o capitalismo estaria preparando as condições para a sua própria supressão (Marx & Engels, 1990). Passado mais de um século, o fenômeno da globalização revelou-se muito mais complexo do que Marx previra, em diversos aspectos. Dois deles nos interessam especialmente, relativos aos problemas de construção das identidades culturais e do avanço do desenvolvimento tecnológico.

No que diz respeito ao problema das identidades, a análise de Marx explicita seus limites ao explicar a alteridade cultural unicamente a partir da diferença de classes. Equiparando cultura a ideologia e idealizando a cultura proletária como a matriz constitutiva de sujeitos sociais e políticos, em sua luta contra a classe dominante, esta análise passa ao largo das complexas articulações entre os polos da modernidade social – a industrialização e a construção dos Estados-nação – e ignora especialmente os conflitos presentes na invenção da identidade nacional.

Ao contrário da análise marxista, a perspectiva de autores tais como Anderson (1989), Hobsbawm, (1990) Burke(1989), Hall (1998); Renan (1990); entre outros, ao contemplar a questão, sublinha as especificidades e antagonismos das culturas “dominadas” de camponeses, operários ou cidadãos *entre si*. Discutindo o processo de ultrapassamento destas realidades locais, eles demonstram como a identificação com uma “comunidade imaginada” chamada nação é, na maioria dos casos, um processo problemático, precário, inacabado, frágil, uma vez que, na maioria dos casos, a identificação nacional “passa por cima” de identidades outras que insistem em aflorar nos momentos de conflito político.

A radicalização do fenômeno da globalização na segunda metade do sec. XX – a partir do advento de mega-corporações descentralizadas, que atuam de forma planetária e vendem antes serviços e informações do que mercadorias - complexifica ainda mais a análise, revelando não a supressão do capitalismo, mas seu distanciamento do modelo clássico sobre o qual Marx se debruçou, marcado pelo cenário “concreto” da fábrica e da luta de classes.

Nesta nova cena, se o modo de produção capitalista não foi ultrapassado, sua inflexão “pós-industrial” (Bell: 1976; Harvey; 1989; Ianni; 1992; Touraine; 1969) delinea o perfil de uma sociedade transnacional conectada de forma complexa pelo conjunto convergente de tecnologias de informação, comunicação e entretenimento e que, atuando em interação com o modelo tecno-burocrático hegemônico, descola-se cada vez mais das fronteiras nacionais, articulando o local e o global de formas diversas e ainda enfraquecendo o papel dos poderes públicos.

Em consequência destas rearticulações, o Estado nacional – definido por uma delimitação de fronteiras geográficas - e por consequência as identidades construídas em bases nacionais - vai ser confrontado, tornando-se um dos nós de uma rede de poder mais abrangente, onde outras forças não raro contrapõem-se ao exercício de sua autoridade (Hall; 1998; Giddens; 1991; Castells; 1999).

Por outro lado, a reação aos fluxos globalizantes – seja com base em identidades culturais construídas localmente, em base “comunal”, étnica ou nacionalista (mas que não coincide com as fronteiras do Estado-nação, como é o caso da Catalunha, na Espanha) ou em movimentos sociais transnacionais como o ambientalista – é outra fonte de

descentralização do poder dos Estados-nação, confrontando-os com a possibilidade de uma “cidadania sem fronteiras” e impondo-lhes o convívio em uma esfera de “soberania compartilhada”.

Neste cenário a teoria política, tradicionalmente centrada no Estado e na cidadania e política exercidas em bases nacionais é obrigada a se reformular, a fim de considerar este novo campo de forças de geometria variável e interesses sociais diversificados. Da mesma forma, para os estudiosos das dinâmicas identitárias, fica claro que no contexto da globalização contemporânea a identidade nacional é uma entre tantas outras possibilidades de elaboração da idéia de pertencimento.

Paralelo a este fenômeno de globalização, a partir da segunda metade do século XX, manifesta-se em diferentes campos da ciência e da arte um movimento geral de desconfiança dos “mitos fundadores” da modernidade tais como a utopia racionalista, a crença na verdade da ciência e no progresso ilimitado e linear.

Esta rejeição das “meta-narrativas” da modernidade, que se torna conhecida como “pós-modernismo” (Lyotard; 1986; Hutcheon; 1991; Jenks; 1986; Huyssen; 1991; Anderson; 1999) vai problematizar também o campo político a partir de diversos questionamentos advindos simultaneamente da esfera da reflexão teórica e da prática dos movimentos sociais que descartam o consenso em nome da problemática da “alteridade”. Questionamentos que têm em comum a crítica à política tradicional e a reivindicação do alargamento do espectro político a fim de incorporar novos atores e novas formas de fazer política, além da própria concepção de política e de poder. Deste modo, observa Lyotard, o saber pós-moderno, ao descartar a possibilidade de um consenso universal, “aguça a nossa sensibilidade para as diferenças e reforça nossa capacidade de suportar o incomensurável.” (1986; xvi)

Por outro lado, destacam-se os movimentos sociais tais como a ecologia, o feminismo, a contracultura hippie, os movimentos gay e de minorias – que eclodem durante os anos 60, a partir do movimento em prol dos direitos civis americanos, e vão se expandir para além deste cenário – reivindicando a incorporação de seus interesses na pauta dos partidos tradicionais, considerados hierárquicos, autoritários e etnocêntricos - ao mesmo tempo que outras formas de fazer política, incorporando elementos estéticos, lúdicos, de ação direta e humor em seus happenings, performances e passeatas. (Para um resumo destas tendências, ver: Jameson; 1991)

Menos organizado mas ainda assim relevante torna-se o movimento difuso de “ceticismo ativo” das massas, (apontado de forma crítica por Baudrillard; 1992; e entusiasmada por Maffesoli; 1995) que pode ser descrito como a desconfiança generalizada da política pelo “homem comum” ao mesmo tempo que a revalorização das interações comunitárias, locais, ordinárias, presenteístas e sem objetivos nobres em todas as esferas, inclusive a da política, que por sua vez deve constituir-se não só por propostas racionais mas também pela reintrodução de elementos tais como emoção, sentimentos e paixões partilhadas.

Estes questionamentos, que se combinam de formas diversas em uma multiplicidade de movimentos e posturas políticas mais ou menos organizadas e ativistas, marcariam em conjunto uma perspectiva “pós-moderna” que teria como mérito principal a busca do alargamento, enriquecimento e transfiguração da política tradicional através da fragmentação do campo político em uma multiplicidade de esferas locais e atores concretos,

incorporando de forma tolerante a pluralidade e assumindo o multiculturalismo como um valor.

## **2) Internet, sociabilidade e ciberpolítica**

Os desafios enfrentados pelos ativistas políticos em suas relações com os meios de comunicação de massa – que, de maneira geral, não contemplam esta perspectiva pluralista - têm sido estudados há aproximadamente trinta anos. Na década de 60, movimentos de contestação começaram a desenvolver uma política de acesso aos noticiários, baseada principalmente em manifestações públicas, como parte de uma estratégia mais ampla de conquista da opinião pública. Eles rapidamente aprenderam que tal estratégia produzia resultados ambíguos: se por um lado ela obtinha sucesso em tornar visíveis os militantes políticos, por outro tendia a apresentá-los em termos ameaçadores, como “desviantes”, e destacar a dimensão da violência das manifestações em detrimento da exposição detalhada das causas defendidas pelos grupos (Halloran, Elliott & Murdock, 1970; Murdock, 1973; Gitlin, 1980).

A experiência acumulada permitiu a alguns movimentos obter, com o correr dos anos, melhores resultados no trato com a mídia. Eles aprenderam a importância que uma estratégia sistemática pode ter do ponto de vista da quantidade e da qualidade do acesso aos meios de comunicação. Através de um conhecimento preciso das rotinas de produção de notícias e da adoção de uma política sistemática de relações públicas, que envolva o planejamento de eventos dotados de potencial dramático para atrair a atenção da imprensa e o cultivo de relações regulares com os jornalistas, os movimentos podem obter uma cobertura mais favorável para a sua causa (Ryan, 1991). Em alguns casos, uma estratégia bem sucedida de comunicação pode mesmo contribuir decisivamente para uma virada do jogo em favor de um determinado movimento político. A Intifada constitui, a este respeito, um caso clássico (Wolfsfeld, 1991).

De um modo geral, porém, o estabelecimento de uma estratégia sistemática de relações públicas consome tempo, trabalho e outros recursos, itens que os movimentos não costumam ter de sobra, e o retorno está longe de ser garantido. O desenvolvimento de uma estratégia de comunicação consistente não basta, por si só, para assegurar o acesso dos movimentos aos meios de comunicação e muito menos um acesso favorável. Afinal, os movimentos de oposição competem com agentes que, usualmente, dispõem de muito mais recursos do que eles e, além do mais, tendem a desfrutar de uma confiabilidade muito maior perante os jornalistas, cujos hábitos profissionais os levam a legitimar por princípio fontes oficiais (Fishman, 1980; Gans, 1980; Tuchman, 1978).

É natural, portanto, o entusiasmo que a internet tem despertado como recurso de comunicação política, uma vez que as análises têm enfatizado justamente as potencialidades democráticas deste ambiente. Ao possibilitar ao mesmo tempo um tipo de comunicação massiva, horizontal, interativa, veloz e relativamente econômica, a Internet estaria se distanciando da estratégia unilateral centralizadora dos complexos info-midiáticos e privilegiando justamente a pluralidade e a fragmentação reivindicada por estes movimentos e ativistas.

Não por acaso, ela se converteu no espaço por excelência da chamada política "pós-moderna", que discutimos acima. Do ativismo digital de grupos que debatem questões

sociais e políticas aos processos de sabotagem e pirataria digital promovidas pelos hackers em nome do direito à comunicação livre, sem entrave e sem fronteiras; das articulações políticas de esquerda e direita que se utilizam da Internet para estratégias de comunicação planetária e recrutamento de membros - a Rede tem sido apontada como um ambiente democrático que desmente as previsões de isolamento social e propicia um contexto interlocutivo comum para a diversidade e complexidade da vida social contemporânea em todas as suas expressões. (Rheinghold; 1993; Turkle; 1996; Star; 1995; Shields; 1996; Bolle de Bal; 1985; Palácios; 1996; Lemos; 1997; Johnson; 1996)

No caso do correio eletrônico, sugere-se ainda que a combinação das virtudes do telefone e do correio tradicional – ou mais especificamente o imediatismo do primeiro e a assincronia do segundo – aliados à interatividade, já o torna uma ferramenta ímpar para os fins de comunicação ao mesmo tempo personalizada e de alcance global. (Levy, 1999; Negroponte; 1996)

Nesta mesma linha argumentativa, merecem atenção alguns pontos da pesquisa realizada com base em observações do cenário político americano, que parecem reforçar as hipóteses supra-citadas. (cit, in: Castells; 1999; vol II). Um deles diz respeito ao fato de que o papel da Internet ainda é bastante limitado nos processos de eleição formais (ou seja da política tradicional). Isto porque observou-se que, apesar do importante papel da Internet na difusão de informações, bem como na busca de apoio e recursos de campanha, estes canais são rigidamente controlados pelos candidatos, usados portanto como canais de mão *única mas que não ampliam a participação dos cidadãos por via eletrônica*. Por outro lado, parece que é na esfera da “política simbólica” e na organização de mobilizações em torno de um único tema realizadas por grupos e indivíduos externos ao sistema político tradicional – tal como nos casos do movimento ambientalista e o das milícias norte-americanas; ou ainda nas causas humanitárias de amplo consenso defendidas por milhares de grupos ativistas e ONGs – Anistia Internacional, Greenpeace, etc - que a nova comunicação se revela como um instrumento poderoso.

A Internet parece ser eficaz, portanto, quando se trata de mobilizações no meio-termo entre movimentos sociais e ações políticas, uma vez que fazem seu apelo diretamente aos cidadãos, pedindo às pessoas que exerçam pressão sobre instituições do governo ou empresas privadas que possam ter um papel importante no tratamento da questão em jogo e apelando ao mesmo tempo para a solidariedade. Ou seja, que se envolvam e participem de forma interativa a partir do correio eletrônico.

Caberia ainda destacar como característica importante desta estratégia o fato de que, mesmo pretendendo atuar no processo político – ou seja, influenciar a gestão da sociedade – elas dificilmente utilizam-se dos canais “tradicional” da política, tais como a eleição de candidatos comprometidos com as causas de interesse, por exemplo.

Estas observações reforçam a sugestão inicial de que, mais do que os políticos tradicionais (e profissionais), são os ativistas oriundos destas novas formas de fazer política que emergem nos anos 60 que melhor têm conseguido utilizar as novas tecnologias em prol de suas causas, confirmando o entusiasmo que a internet tem despertado como recurso democrático de comunicação política, indo além da conhecida observação de Negroponte, de que *na Internet, cada pessoa se torna uma estação não autorizada de tv*.

Através dela, tais movimentos poderiam libertar-se do modelo televisivo, dirigindo-se diretamente ao seu público, sem ter que se submeter aos parâmetros e interesses

da mídia para tal. Não menos importante, a interatividade que caracteriza o meio abriria novas perspectivas no sentido de possibilitar o estabelecimento de um debate político no sentido verdadeiro do termo, de *troca* de idéias, ao invés de um processo unidirecional e autoritário de transmissão de mensagens. A internet poderia estar aqui se constituindo, assim, como um recurso decisivo para a instauração de um espaço público ampliado, no sentido que Habermas dá ao termo. (Ess; 1997)

Mas, o que parece ser potencialmente a característica mais promissora deste meio no que diz respeito ao exercício da democracia e da cidadania – a possibilidade de circulação das mensagens em escala ampliada – se converte, na prática, em problema quando emissores e receptores destas mensagens se dão conta do “excesso informacional” propiciado pela Rede. Como ler 500 mensagens que chegam a uma caixa de correio eletrônico diariamente? Como distinguir o “lixo informacional” das mensagens relevantes? E mesmo para o mais bem intencionado dos receptores de mensagens, como garantir a confiabilidade das fontes ou, mais prosaicamente, onde arranjar tempo para dedicar a atenção a todas? Questões estas que apontam para problemas de seleção e filtragem.

Do lado de quem envia a mensagem o problema é recíproco: como captar a atenção para a sua mensagem e garantir que ela não será deletada imediatamente, uma vez que em um espaço onde todos podem “falar”, acirra-se a disputa pela audiência? Como mobilizar o receptor para a sua causa, evitando a crescente antipatia pela enxurrada de e-mail que invadem as caixas eletrônicas?

As proposições que se fundamentam tão-somente em especulações sobre as potencialidades *tecnológicas* da internet como meio de comunicação, discutem teoricamente suas potencialidades mas contribuem pouco para entender o modo como ela é efetivamente utilizadas a serviço do ativismo político, como elementos de uma situação discursiva. É disto que trataremos a seguir.

### **3. As cartas-corrente políticas**

Pela sua própria natureza, as cartas-corrente são um recurso disponível para qualquer agente com acesso ao correio eletrônico da internet, seja ele um indivíduo ou uma organização. Este artigo, porém, optou por limitar sua análise às mensagens cujos patrocinadores últimos são grupos de ativistas políticos. Resta saber que tipo de vantagens o recurso às cartas-corrente pode proporcionar a essas organizações.

O corpus da nossa pesquisa se compõe de quatro mensagens eletrônicas <sup>1</sup> que, além do formato “carta-corrente” apresentam as seguintes características em comum: 1) dizem respeito a problemas de natureza política, entendidos como resultantes da ação (ou omissão) humana; 2) referem-se a problemas de alcance local - relativos a países do Terceiro Mundo - os quais, porém, são tratados como causas globais; 3) privilegiam, no tratamento desses problemas, um enfoque dramático, em detrimento da contextualização ou do detalhamento da informação; 4) empregam sistematicamente convenções da narrativa de horror e, com base nelas, propõem uma interpretação dos problemas políticos como dizendo respeito fundamentalmente à opressão de vítimas por vilões; 5) sugerem ao seu destinatário que esta

---

<sup>1</sup> São elas “A tragédia dos ursos na China”, “Timor Leste”, “Timor NOW!”, e “A guerra do Taliban contra as mulheres.

situação somente poderá se modificar caso exista uma mobilização suficientemente forte da opinião pública mundial; 6) sugerem que o destinatário poderá fazer a sua parte (e se livrar rapidamente do problema) de forma simples e rápida, enviando cópias das mensagens para amigos e conhecidos.

A natureza do objeto que analisamos e a nossa amostra apresentam alguns problemas metodológicos que não podem deixar de ser notados. Para começar, a amostra do nosso artigo é indiscutivelmente restrita. De fato, os autores do artigo encontraram grande dificuldade em obter mensagens com as características indicadas acima. Na tentativa de ampliar o universo da pesquisa, enviamos várias solicitações de mensagens para conhecidos, que foram gentilmente atendidas, mas o resultado prático do ponto de vista da nossa amostra foi bastante limitado. Entretanto, acreditamos que isto não trará maiores prejuízos à análise dado que não é nosso propósito identificar características que definam as cartas-corrente como um todo e que o objeto da nossa investigação não é de natureza estatística. Tampouco pretende-se abordar, neste momento, a sua eficácia concreta enquanto instrumento de intervenção política. Mais significativo do que o número de mensagens analisadas ou os resultados efetivos da ação é, do ponto de vista dos objetivos deste artigo, o fato de que mensagens produzidas por agentes muito diferentes, tendo por objeto problemas políticos de natureza distinta (discriminação étnica, opressão sexual, maus tratos a animais), se valem de um conjunto muito semelhante de recursos comunicativos para atingir seus destinatários e convertê-los em seus re-transmissores.

Um segundo problema metodológico refere-se ao fato de que, dada a natureza interativa das cartas-corrente, o conteúdo das mensagens por ela veiculadas pode ser, em maior ou menor grau, alterado pelos retransmissores das mensagens. Eles podem, por exemplo, inserir um comentário pessoal introdutório à mensagem propriamente dita - uma das mensagens sobre “A tragédia dos ursos da China” foi precedida pelo seguinte comentário, acrescentado por uma retransmissora: “AMIGOS: não consigo mais dormir sossegada c/ esta realidade. ESTOU ENGAJADA NESTA LUTA! Aconselho que entrem na página indicada abaixo e vejam do que o ser humano é capaz. QUE REALIDADE TEREMOS DAQUI UNS ANOS NESTE PLANETA??”. Ou podem promover alterações mais substanciais, no próprio texto da mensagem, acrescentando ou omitindo informações, etc. Dado que cada retransmissor pode, em princípio, se transformar em um novo intérprete do sentido das mensagens, não há o menor sentido em buscar uma versão primordial, “autêntica” das mensagens, do mesmo modo que, como observou Benjamin (1978), não há sentido em se buscar o original de uma fotografia. A nossa análise se fará, pois, tendo em vista versões particulares das mensagens, que circulam pela internet.

Um terceiro problema refere-se à opção pela adoção de critérios tão restritivos na seleção das nossas cartas-corrente. A razão de tal procedimento se prende ao fato de não estarmos tão interessados em investigar as potencialidades ou restrições tecnológicas que a internet apresenta para a difusão de idéias políticas, e sim em analisar um tipo específico de discurso político que se produz nela. Não pretendemos sugerir que o tipo de mensagens que analisamos aqui constitua de algum modo um paradigma do discurso político produzido na internet, e muito menos que ele é, de alguma maneira, uma consequência do meio.

Basicamente a nossa análise das cartas-corrente se divide em duas partes: na primeira analisamos problemas relativos ao papel que o elemento narrativo desempenha nas cartas-

corrente que analisamos; na segunda consideramos questões relativas às representações do mundo que são recorrentes nessas mensagens.

### 3.1 A forma narrativa

Durante muito tempo a narrativa foi objeto de desconfiança, quando não de desdém, por parte dos estudiosos da comunicação. Amparados por modelos teóricos que privilegiavam o problema da transmissão de conteúdos informacionais, eles não podiam conceber a narrativa senão como um manto de obscuridade envolvendo os fatos, o domínio das aparências superficiais ou ilusórias. A narrativa refletiria o olhar do *outro* - as crianças, os “primitivos”, as “classes populares” - ou, na melhor das hipóteses, um olhar *ficcional* sobre o mundo em oposição ao olhar ilustrado, científico, baseado em “fatos” (Barbero, 1997).

Tal desconfiança não ficou limitada aos teóricos da comunicação, mas pautou também a relação de jornalistas e ativistas políticos com a narrativa. No que se refere aos jornalistas, a medida do compromisso com o princípio da informação ou, alternativamente, com o da narrativa foi durante muito tempo considerada como o principal marco divisório do jornalismo “sério” e do “sensacionalismo” (Schudson, 1981; Campbell, 1991). Quanto aos ativistas, vimos acima que a necessidade de satisfazer o interesse “sensacionalista” da imprensa pelos acontecimentos dramáticos foi tradicionalmente considerada como um preço a se pagar pelo acesso ao grande público. A adequação das ações do grupo às exigências da narrativa jornalística seria, pois, na melhor das hipóteses, um mal necessário, uma isca para atrair a atenção dos *media*.

Seria de se supor então que, uma vez que grupos ativistas tivessem acesso a meios de comunicação que lhes permitissem entrar em contato com o público diretamente, o uso de tal isca se tornaria desnecessário, e eles poderiam investir mais na qualidade informativa de suas mensagens. De fato, em muitas das mensagens políticas enviadas por e-mail é isto mesmo o que acontece. Não apenas as mensagens fornecem informações detalhadas e contextualizadas sobre os problemas que abordam como, frequentemente, fazem referência a outras fontes de informação para maior aprofundamento. Entretanto, não é isto o que se verifica nas cartas-corrente políticas que analisamos aqui. Em todas elas o conteúdo informativo da mensagem é nitidamente sacrificado em favor da exigência de dramaticidade

<sup>2</sup>.

Observe-se o texto da seguinte mensagem, referente à situação do Timor Leste:

Caros Amigos e amigas!

O Timor do Leste e (ou era) um pequeno país da Ásia e, por ser uma ex-colônia portuguesa, fala a nossa língua e conserva uma identidade cultural, onde há semelhanças com o Brasil.

A Indonésia domina o país, através da macabra ditadura da família "Suharto", e para manter seu poder e explorar o Timor do Leste já dizimou mais de 0,25 milhão de timorenses, ou seja, cerca de 1/3 da população.

É um dos maiores genocídios da Era Moderna. As meninas são estupradas e empaladas em praça pública. Crianças são incendiadas diariamente e mortas como chamuscas. Já não

---

<sup>2</sup> Em sua análise dos web sites de ativistas políticos, Hill e Hughes (1998) identificam dois estilos comunicativos muito distintos, um cujo propósito é fundamentalmente informativo e o outro dedicado ao recrutamento de novos membros. No que se refere às características dos sites, os autores afirmam que os sites dedicados à informação tendem a conter um grande número de links para outros sites, enquanto os sites dedicados ao recrutamento investiriam mais pesadamente em recursos gráficos.

existem praticamente velhos no país: foram dizimados. Cidades e vilarejos foram riscados do mapa e já não existem mais.

Ha 25 campos de concentração no país. Rios cobertos por cadáveres. Nenhum nascimento foi registrado em todo o ano de 1996!

O Timor do Leste precisa voltar a ser um país independente: os timorenses desejam isto (conforme ouvimos pelos dois ganhadores do Premio Nobel da Paz de 1996). O que cada um de nos pode fazer?

Passe esta mensagem adiante com um alerta para que se deixe de comprar produtos indonesios que estão em nossas lojas, como por exemplo:

- \* Tênis Reebok e NIKE
- \* Cerveja em Lata ANCHOR
- \* Sapatos vulcanizados ALL STAR
- \* Vestidos ou Cangas de "BALI"
- \* Balas de Café etc...

Recuse os produtos "Made in Indonesia", pois eles estão sendo produzidos por mão-de-obra ESCRAVA!!!

Coloque sua assinatura nesta mensagem e a remeta para, pelo menos, mais dez pessoas.

A quantidade de informações sobre os aspectos políticos, econômicos e diplomáticos do problema é francamente insuficiente. Dados cruciais relativos a datas e às circunstâncias da invasão de Timor Leste pela Indonésia estão ausentes do texto, bem como dados sobre a história pregressa do território e sua situação sob o domínio colonial português. Por outro lado, as informações apresentadas são, em muitos aspectos, inconsistentes e contraditórias. É inconsistente a sugestão de que um território submetido a um genocídio sistemático há mais de vinte anos possa sediar uma atividade econômica tão pujante como a indicada pelo texto (tênis Reebok e Nike...). E é contraditória a sugestão de que Timor Leste seja a verdadeira origem das cangas de Bali...

A ausência de contextualização é compensada, porém, por uma infinidade de detalhes macabros: crianças incendiadas, velhos dizimados, rios cobertos de cadáveres, 25 campos de concentração, mão de obra escrava, nenhum nascimento em 1996... Eles se prestam menos a descrever as especificidades da situação do país que a servir de fundamento para uma narrativa de horror, e a especificar quem desempenha nela os papéis de vilão e vítima. Neste sentido, eles não diferem em nada dos detalhes que caracterizam a vida das mulheres do Afeganistão sob o Talibã ou a vida dos ursos nas fazendas chinesas.

Seja como for, o mais importante é que as eventuais deficiências informativas ou excessos dramáticos das cartas-corrente que analisamos não parecem, a julgar pelo número de assinaturas anexas às mensagens recebidas pelos autores do artigo - 100 assinaturas em "A guerra do Talibã contra as mulheres, 233 em "Timor Leste", 65 para a "Tragédia dos ursos da China"<sup>3</sup> - prejudicar o seu desempenho como instrumento de proselitismo político. Para entendermos a eficácia deste tipo de mensagem, temos que considerar mais de perto, e com um enfoque menos preconceituoso do que o exposto acima, o problema da narrativa.

Nos últimos trinta anos, o fenômeno da narrativa conquistou uma crescente atenção por parte dos pesquisadores acadêmicos, e se passou a ser considerado em termos muito mais positivos do que antes. Uma medida do aumento do seu status acadêmico foi a criação

---

<sup>3</sup> Dadas as características peculiares ao formato carta-corrente, não há como mensurar o alcance de cada uma das mensagens recebidas pelos autores do texto, até porque frequentemente as mensagens são enviadas com a recomendação de que, após ter sido atingido um determinado número de assinaturas, a mensagem seja enviada para determinado endereço e o processo de coletas seja reiniciado.

de uma disciplina – a *narratologia* – destinada especificamente a tratar do problema. Neste novo contexto, a narrativa deixou de ser considerada como uma característica do modo de apreensão do mundo pelos *outros* e passou a ser compreendida como um fenômeno de abrangência universal (Barthes, 1976), que corresponde à necessidade humana de demanda de sentido para o mundo. A oposição tradicional entre narrativa e fato também se torna objeto de contestação. Assim, por exemplo, White (1981) sugere que a narrativa é o elemento fundamental que distingue a História de outras formas de representação historiográficas. Do mesmo modo, tem sido sugerido que a importância do elemento narrativo no jornalismo é muito maior do que alguns gostariam de admitir. Mesmo as convenções que costumeiramente definem a objetividade jornalística e a “teia da facticidade” (Tuchman, 1981) seriam fundamentalmente convenções narrativas, associadas à tradição do romance realista (Campbell, 1991).

Em um primeiro momento o estruturalismo deu o tom dos estudos realizados acerca do fenômeno narrativo. A questão fundamental da investigação dizia respeito à determinação das unidades constitutivas da narrativas, bem como dos seus princípios de articulação (Barthes, 1976; Genette, 1976; Todorov, 1970). Sem menosprezar a importância desses estudos, a verdade é que sua aplicabilidade ao problema analisado neste artigo é limitada. Ao se concentrarem nas características formais da narrativa, eles deixam de considerar problemas relativos à dimensão enunciativa da narrativa. Para lidar com eles somos obrigados a fazer uma breve referência à obra de Bakhtin.

Diferentemente dos estruturalistas, Bakhtin define o propósito fundamental da sua investigação como dizendo respeito ao estudo da comunicação verbal que se estabelece entre os indivíduos concretos, antes que dos princípios estruturadores da língua em geral. Ele identifica no *enunciado* – e não na *oração* – a sua unidade de análise fundamental. O enunciado é entendido por ele como a “*unidade real da comunicação verbal*” (1997a: 293), e suas fronteiras se definem “pela *alternância dos sujeitos falantes*”. O enunciado é, portanto, uma unidade do diálogo, e relaciona um locutor a uma atitude responsiva ativa por parte do(s) outro(s). Sendo assim, não faz sentido reduzir a análise do enunciado ao estudo das características formais da mensagem, mas é preciso também considerar problemas relativos ao intuito discursivo do locutor e o modo como ele concebe e se dirige ao(s) seu(s) destinatário(s), bem como ao contexto da enunciação. As diferentes maneiras de um locutor se dirigir ao(s) outro(s), Bakhtin denomina gêneros do discurso.

A partir de Bakhtin pode-se pensar o problema da narrativa em termos mais abrangentes do que a referência à tradição estruturalista torna possível. Mais do que uma maneira de se produzir sentido acerca do mundo, a narrativa constitui uma maneira através da qual um locutor interpela o(s) outro(s) em busca de uma resposta. O locutor faz mais do que simplesmente interpretar o mundo: ao se dirigir ao(s) outro(s), ele também define os limites da sua competência específica acerca daquilo que fala, bem como a do seu interlocutor. Com base neste enfoque têm sido produzidas análises instigantes tanto no que se refere às narrativas de cunho ficcional (por exemplo, Bordwell, 1985) quanto na de narrativas não-ficcionais como aquelas que se produzem no âmbito do jornalismo (Schudson, 1982; Hallin & Mancini, 1984). Este artigo se propõe a aplicar esse tipo de análise a um gênero do discurso bastante particular: as cartas-corrente políticas.

Independentemente do seu tema, as cartas-corrente analisadas neste artigo têm em comum o fato de traduzirem questões políticas complexas como narrativas de horror. À

primeira vista, parecem tratar somente das relações de opressão e terror que se estabelecem entre dois tipos de personagens: vilões e vítimas. Entretanto, veremos que as narrativas das cartas-corrente que analisamos abrem espaço para um terceiro personagem, embora de modo implícito: os heróis, representados pelos ativistas e, mais importante, pelas pessoas comuns “convertidas” à causa.

Os vilões são desprovidos de quaisquer características de humanidade, o que evidentemente contribui para afastar a possibilidade de identificação do leitor com eles. Para começar, eles são fundamentalmente anônimos - o mais próximo da referência a uma identidade individual é a referência genérica à “ditadura da família ‘Suharto’” em “Timor Leste. De um modo geral, os vilões são nomeados através da referência a uma identidade coletiva genérica (o Taliban, a Indonésia...). Ainda pior, eles são apresentados como desprovidos de qualquer racionalidade, para não falar, obviamente, em princípios éticos.

Se é verdade que se pode identificar razões genéricas por detrás do comportamento desses vilões - crenças religiosas, exploração econômica - também é verdadeiro que essas razões nem de longe justificam (no sentido pragmático da palavra) as crueldades mencionadas nas mensagens. Tratam-se de crueldades absolutamente gratuitas uma vez que, aparentemente, não acrescentam nada aos seus perpetradores, a não ser, é claro, a satisfação de um prazer sádico. Admitamos, por exemplo, que existam razões econômicas para a extração de bÍlis de ursos: é de se perguntar, então, por que os tratadores (se é que se pode usar a palavra neste caso) dos bichos não se dão sequer ao trabalho de lhes dar água? Como imaginar que os ursos possam viver de 15 a 20 anos em condições precárias a ponto de dependerem da umidade depositada nas barras das jaulas para saciar a sede?

Quanto às vítimas passa-se o inverso: em todas as mensagens estão presentes elementos destinados a promover um sentimento de identificação do leitor com elas. A mensagem sobre “Timor Leste”, por exemplo, destaca o fato de que o território fala a mesma língua e conserva uma identidade cultural com o Brasil. Em “A guerra do Taliban contra as mulheres”, o texto acentua as profissões (pedagogas, doutoras...) e comportamentos ocidentalizados da mulheres afegãs antes da vitória do Taliban no Afeganistão.

Isso é verdadeiro mesmo no que se refere aos ursos, a começar pelo próprio título da mensagem: “A *tragédia* dos ursos da China”. Dada a impossibilidade óbvia de proceder a identificação através de uma essência humana comum a ursos e leitores da mensagem, a mensagem promove a identificação através de uma qualidade mais básica compartilhada por ambos: a qualidade de ser vivo. Coerentemente com isso, a ênfase da mensagem recai sobre o *sofrimento* das vítimas, cuidadosamente descrito, em suas manifestações exteriores - o urso “urra de dor, se mutila, procura suicidar-se” - ou mesmo contabilizado em detalhe - “78.844.000 minutos contínuos de dor”. O objetivo óbvio é levar o destinatário da mensagem a *vivenciar* o sofrimento dos ursos.

As vítimas são retratadas também de modo inteiramente passivo. Como em um pesadelo, assistem inertes ao desenrolar do seu próprio drama, sem qualquer possibilidade de intervirem nele. O máximo que conseguem fazer é arriscar saídas escapistas: a fuga, a loucura, a morte... É aí que reside a principal diferença do tratamento dispensado pelas cartas-corrente às vítimas, em relação ao que é dado aos heróis.

Diferentemente do que se passa com vilões e vítimas, o lugar do herói não se insere diretamente na trama, exceto no que diz respeito à sua resolução (virtual). O lugar do herói

é, também, o único que comporta verdadeiramente a possibilidade da liberdade de escolha. Enquanto o tempo dos vilões e vítimas parece prolongar-se em um presente eterno, se *essencializa*, na perspectiva do herói, o tempo se apresenta como tempo vivido, que tem por marcos fundamentais a tomada de consciência acerca do problema e a decisão de se engajar na sua resolução.

A bem da verdade, não se pode falar indistintamente de *um* lugar do herói. De um modo geral, podemos distinguir duas maneiras diferentes de se ocupar este lugar, as quais dizem respeito aos responsáveis últimos pelas mensagens, ativistas políticos e aos destinatários convertidos à causa. As diferenças principais dizem respeito ao grau de compromisso com a causa e ao nível de conhecimento reivindicado acerca do assunto. No que se refere ao primeiro aspecto, é mais do que razoável supor que o compromisso dos responsáveis últimos pelas mensagens com as causas que defendem: as cartas-corrente são provavelmente apenas um dos recursos de que eles se valem para mobilizar a opinião política para a sua causa. Isto nos leva ao segundo aspecto: com base nesse maior compromisso, os responsáveis últimos pelas mensagens estão em condições de reivindicar um maior conhecimento sobre o problema, bem como sobre as melhores maneiras de solucioná-lo. Ao pedir o apoio dos destinatários da mensagem, os responsáveis últimos pela sua divulgação estão fazendo mais do que simplesmente reivindicar sua adesão a uma causa; eles solicitam também o reconhecimento da sua autoridade para definir o tema, e de sua liderança para resolvê-lo – o que se traduz no texto através da ênfase nas palavras de ordem: “Veja a crueldade disso e junte-se à lista”; “Deixe de comprar os produtos”; “Recuse...”. Aqui, o recurso a este tipo de enunciado imperativo, que procede por redundância e coação simbólica, estabelecendo de forma definitiva (e autoritária) o que é *inaceitável* e como o receptor da mensagem deve proceder, de forma imediata, é uma outra característica estilística comum das mensagens.

Não resta a menor dúvida que, do ponto de vista da causa como um todo, os ativistas responsáveis pelas mensagens constituem os heróis principais e os destinatários, coadjuvantes. Entretanto, se considerarmos apenas o universo das cartas-corrente, é o inverso que se verifica. Pela sua própria natureza, as cartas-corrente dependem da colaboração dos seus destinatários para serem passadas adiante. É aos heróis anônimos, gente comum comovida com o drama narrado pelas mensagens, que cabe a tarefa de distribuí-las para o maior número possível de pessoas. Isso significa que, no universo específico das mensagens é a eles, mais que aos ativistas, que cabe a tarefa de *agir* em favor das vítimas. E agir, aqui, não significa necessariamente apenas repassar a mensagem adiante. A natureza do meio de comunicação torna-se então determinante para o sucesso da estratégia, uma vez que permite que se adicione às mensagens comentários pessoais diversos, que ajudam a tornar mais próximas causas referentes a assuntos que, a princípio, poderiam parecer muito distantes, tornando o receptor da mensagem um co-autor. (Landow; 1995 e 1997)

O ponto mais importante é que a participação dos destinatários/repassadores das mensagens fornece um fechamento à narrativa de horror apresentada por elas. Um fechamento simbólico e virtual, é verdade mas, de qualquer modo, um fechamento: ao enviar as mensagens para seus conhecidos, o receptor da mensagem poderá se consolar com o fato de que fez a sua parte para resolver o problema. No que lhe concerne, *ele terá resolvido o problema*.

A distância existente entre a magnitude do problema e a simplicidade da sua solução - um simples “clique” no *mouse* - chama a atenção. Ela permite que nos questionemos se, afinal, o que está em jogo no processo que se estabelece em torno das cartas-corrente que analisamos é exatamente aquilo que imaginamos. Não resta dúvida que, tomadas isoladamente, as mensagens tratam daquilo que afirmam tratar: opressão de mulheres no Afeganistão, maus tratos a animais na China, perseguição a grupos étnicos na Indonésia. Mas quando tomamos as mensagens em seu conjunto, e analisamos a estrutura das suas narrativas, encontramos traços comuns que sugerem para o funcionamento de uma mesma meta-narrativa, um drama onde o que está em questão é a *identidade* do destinatário da mensagem.

Ao optar por participar da corrente, ele está fazendo mais do que se aliar às vítimas particulares descritas em cada mensagem, ele está construindo para si mesmo uma identidade de herói. Uma identidade de herói que se constitui não apenas pelo ódio a este ou aquele vilão em particular ou pela solidariedade a vítimas específicas. Ela se afirma pela solidariedade a todas as vítimas indefesas do mundo e pelo compromisso - ainda que simbólico e virtual - de combater todos os vilões responsáveis pelos seus males. Mas de que identidade estamos falando? E qual o papel que os vilões e vítimas do mundo afóra desempenham a este respeito? É destas questões que trataremos a seguir.

### **3.2 Representações da ordem global nas cartas-corrente**

Quando tomamos as mensagens que analisamos em seu conjunto, podemos identificar alguns padrões recorrentes: as causas em questão variam; os vilões variam; as vítimas variam; o lugar do herói permanece sempre o mesmo. Resta saber qual o significado disso. Antes de arriscarmos uma hipótese, faremos uma pequena digressão, destinada a dar conta de um debate relativo às representações da ordem global produzidas a partir da segunda metade da década de oitenta. Mais precisamente, o marco da discussão diz respeito ao declínio da Guerra Fria como modelo paradigmático das relações internacionais. O que está em questão é que modelo teria sucedido à ordem bipolar da Guerra Fria. Dentre as diversas respostas possíveis à questão, duas nos interessam particularmente. Elas foram propostas por Daniel Hallin e James S. Ettema.

Em um texto cuja versão original foi publicada em 1987 - antes, portanto, da implosão dos regimes comunistas do leste europeu - Hallin (1994) observou diferenças significativas da cobertura, pela imprensa americana, da guerra civil em El Salvador na década de oitenta em relação ao que ocorrera vinte anos antes, no Vietnã. Ele identificou, na década de oitenta, uma ruptura em relação ao antigo consenso em torno do paradigma da Guerra Fria. Segundo Hallin, durante o governo Reagan, a cobertura das guerras civis centro-americanas se tornou mais distanciada da perspectiva governamental, o que não significa dizer que tenha se tornado necessariamente mais próxima dos revolucionários. Ao invés disso, a ênfase passou a se concentrar sobre a violência irracional dos radicais de direita e de esquerda, a qual constituiria uma ameaça não apenas à “velha ordem, mas à ordem em geral” (1994: 77). Contrariando o enfoque governamental sobre o problema, as revoluções centro-americanas - como, de resto, em todo o Terceiro Mundo - passaram a ser vistas menos como um desafio comunista ao “mundo livre” que como um “conflito sem sentido” resultante do caos político que caracterizaria a região. A imagem resultante acerca da ordem global não seria mais, então, a de um conflito bipolar entre o “mundo livre” e a

“cortina de ferro”, mas a de uma “Fortaleza América”, tomada como “uma ilha de civilização em um mar de barbárie política” (1994: 78).

O objeto da análise de Ettema é o mesmo de Hallin - a cobertura jornalística do conflito revolucionário centro-americano - mas as conclusões a que ele chega são bem diferentes. Tendo por base a cobertura das vítimas da guerra, Ettema (1994) sugere uma outra maneira de interpretar a cobertura do conflito pela imprensa americana. Longe de esgotar o seu significado em uma meta-narrativa do tipo “ordem versus caos”, a cobertura das vítimas da guerra refletiria um desgaste, vivenciado pelos repórteres, das velhas fórmulas meta-narrativas - a busca de um significado maior para a guerra - diante da experiência do sofrimento humano. Não haveria, pois, uma “grande estória” a ser contada; apenas pequenas estórias sobre o drama de pessoas concretas, que têm as suas vidas viradas do avesso pela guerra. Tal opção marca claramente o seu distanciamento diante do(s) olhar(es) partidário(s) sobre o conflito mas, nem por isso, se configura como uma opção apolítica. Ao focar as vítimas da guerra, “com seu discurso não elaborado que é ‘mais próximo do silêncio que da fala’” (1994: 4) essa cobertura jornalística afirma, no entender de Ettema, um compromisso com o valor da solidariedade e faz um “apelo à nossa humanidade comum” (1994: 5).

O texto de Ettema se apresenta, pois, como um desafio “pós-moderno” - no sentido que Lyotard dá ao termo - à leitura de Hallin. Devemos, a partir da sua perspectiva, entender as cartas-corrente que analisamos neste artigo como meras expressões da solidariedade humana diante do sofrimento do outro? Podemos ver nelas expressões de uma nova forma de “sensibilidade para as diferenças” diante da qual somos forçados a reconhecer a humanidade daquele que é para nós um “outro”? Ou, bem ao contrário, devemos, com Hallin, identificar nelas um meta-discurso que identifica a alteridade - os “outros” países, o Terceiro Mundo... - como ameaça e afirma o “próprio” país - os Estados Unidos, bem entendido - como o domínio da ordem? Por tudo o que vimos, o modelo proposto por Hallin parece, em linhas gerais, mais adequado para lidar com o problema da representação do mundo pelas cartas-corrente: tomadas em seu conjunto, as narrativas analisadas permitem identificar uma meta-narrativa na qual a civilização - entendida como o lugar do “mesmo” - e a barbárie - o lugar do “outro” - se opõem.

O modelo da “Fortaleza América” não é satisfatório, no entanto, para lidar com o problema em toda a sua complexidade. Pequenas alterações terminológicas - “Fortaleza Ocidente”, por exemplo - não melhoram em nada a situação. Tal modelo sugere uma estratégia isolacionista: constatada a desordem do mundo, trata-se de recuar para uma linha defensiva segura: os Estados Unidos (ou o Ocidente). O que as cartas-corrente que analisamos sugerem, é algo totalmente diferente. “A guerra do Taliban contra as mulheres” apenas torna explícito um raciocínio que aparece implícito nas outras cartas-corrente quando, ao final do relato sobre as inumeráveis barbáries cometidas contra as mulheres afegãs, pontifica:

“Dizem que o Ocidente não deveria julgar o regime fundamentalista do Afeganistão, porque essa é uma questão cultural. Mas nem isso é verdadeiro. Mulheres desfrutavam uma liberdade relativa para trabalhar, geralmente vestiam como quisessem, dirigiam e apareciam só em público. Isso até 1996.

A rapidez dessa transição é o principal argumento, para a depressão e suicídio: mulheres que eram pedagogas ou doutoras ou simplesmente desfrutavam da liberdade básica para qualquer ser humano agora são severamente reprimidas e mal-tratadas em nome de ala fundamentalista do Islã.

Se a OTAN usou sua força militar em Kosovo em nome de direitos humanos, por causa da segregação racial contra os Albaneses, então o Ocidente também pode se expressar contra a opressão, o assassinato e injustiça cometida contra mulheres pelo Taliban.”

Compare-se este trecho com o que se segue:

“Esse terrível espetáculo pareceu não produzir qualquer emoção sobre a vasta multidão, e a cena encerrou com música bárbara e o fogo de espingardas. Foi uma cena inesquecível para os que a testemunharam, e trouxe ao coração um estranho sentimento de agradecimento por se pertencer a uma civilização que, com todos os seus defeitos, é misericordiosa e tende cada vez mais a emancipar as mulheres do engano e da crueldade. Ao governo inglês se deve o facto de que esta perniciosa praga de *suttee* se tenha extirpado na Índia, tendo agora os Holandeses desempenhado o mesmo papel em Bali. Obras destas são as credenciais com as quais a civilização ocidental legitima o seu direito de conquistar e humanizar raças bárbaras e substituir antigas civilizações”.<sup>4</sup>

Trata-se de um texto do século XIX, no qual L. V. Helms, um viajante europeu, relata a sua experiência como espectador de um sacrifício humano, no qual três mulheres lançaram-se às chamas por ocasião do enterro de um rei. Ambos os textos descrevem o drama de mulheres, vítimas indefesas “do engano e da crueldade”. Mas as semelhanças não param aí. Ainda mais importante, ambos os textos advogam uma atitude ativa e decidida por parte do Ocidente no sentido de instaurar a ordem em um mundo caótico. Será que ficamos realmente surpresos ao encontrarmos no século XIX os parâmetros da ordem mundial do século XXI? Nunca é demais lembrar a importância do papel que o argumento do combate à escravidão desempenhou no sentido de apresentar a partilha da África pelas potências europeias, no final do século XIX, como uma tarefa moral e cristã (Wesseling, 1998).

As semelhanças (perturbadoras) entre as duas formulações acerca do papel do Ocidente no mundo não devem, porém, nos iludir. A despeito das aparências em contrário, tratam-se de dois discursos (no sentido que Bakhtin dá ao termo) necessariamente diferentes. Em seu livro, Helms dirige-se ao seu leitor para dar-lhe a conhecer os aspectos fantásticos e terríveis da vida no Extremo Oriente, ao mesmo tempo em que profere o seu julgamento sobre eles. A carta-corrente “A guerra do Taliban contra as mulheres” faz mais do que isso: ela cobra do destinatário o seu engajamento na causa, bastando para tal, que redistribua a mensagem para os seus amigos e conhecidos. Há mais: o livro de Helms permanece livro ainda que ninguém o consulte por décadas ou séculos; a carta-corrente, porém, *exige* a cumplicidade dos destinatários, tornados redistribuidores, para continuar existindo. O tipo de diálogo que se estabelece nos dois casos é, pois, necessariamente distinto.

De onde voltamos ao problema do “lugar do herói”. Conforme observamos mais acima, este é o único elemento invariável da nossa equação. Não porque estejamos falando de um herói concreto, evidentemente. Trata-se de um elemento invariável não porque esteja preenchido de sentido, mas ao contrário, porque é somente na sua referência à diversidade dos lugares dos outros, que o “eu” pode definir a sua identidade (Bakhtin, 1997b). O eu é sempre um “não-outros”, não importando quem sejam estes outros. Dito de outro modo, não faz muita diferença quem são os vilões e as vítimas, desde que eles sirvam como referenciais para a construção do “lugar do herói”.

---

<sup>4</sup> HELMS, L. V. Citado em GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado teatro no século XIX*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1991, p. 131.

Vítimas e vilões compõem, relativamente destinatário/retransmissor das cartas-corrente, tipos diversos de “outro”. Os vilões são, naturalmente, alteridade absoluta, fundamentalmente *desumanos*. A única atitude possível diante deles é a sua destruição ou, pelo menos, a anulação da sua capacidade de agir. As vítimas, por outro lado, se apresentam como um outro que é “próximo”. São próximas na medida em que guardam, com o destinatário das mensagens, qualidades comuns de ser humano ou, pelo menos, de ser vivo. Por outro lado, a identidade não é completa, visto que, ao contrário dele, elas permanecem fundamentalmente passivas diante do seu destino. Por isso, necessitam de ajuda externa para (re)encontrarem sua dignidade perdida. No fim das contas, a distância entre vilões e vítimas é menor do que a que se poderia supor a princípio: destruição ou tutelação são o destino reservado àqueles que, de um modo ou de outro, permanecem irritantemente “outros” (Hughes; 1993)

A relação com vítimas e vilões não basta, porém, para definir o processo de construção de identidade no qual se engaja o destinatário das cartas-corrente. Ao assinar e repassar a carta adiante, ele está construindo também uma identidade comum com os outros assinantes: a identidade de “ocidental”, responsável pela preservação ou imposição de ordem ao mundo. Neste sentido, as cartas correntes confirmam as observações de Said (1990) acerca do uso do discurso do "orientalismo" como argumento em favor do imperialismo.

Há, porém, uma particularidade importante na experiência de identificação com o Ocidente promovida através das cartas-corrente: em oposição aos lugares concretos de que elas tratam (China, Afeganistão...), o Ocidente se desenha como um espaço *virtual*, constituído antes da união em torno de determinados princípios e valores que de países ou povos concretos. Ao subscrever a mensagem e enviá-la adiante, o assinante está se identificando como um “ocidental”, ainda que ele seja um croata, filipino ou brasileiro... O que temos aqui é um discurso ligeiramente diferente daquele que Said denuncia como sendo o do “orientalismo”. Não se trata aqui de dividir a humanidade em duas partes, uma saudável (Ocidente) e outra podre (Oriente), mas de um discurso que opõe um Ocidente tão genérico e abstrato que nele cabe todo o “humano”, a um conjunto diversificado de “Outros”, cuja única característica em comum parece ser a de se constituírem em “restos” da humanidade (no caso das vítimas, “restos” cuja "humanidade" se trata de restituir; no caso dos vilões, restos a serem eliminados). O mote "pensar globalmente, agir localmente" não poderia ser melhor ilustrado.. Não é absurdo propor que este tipo de discurso seja estimulado pelas novas maneiras de se experimentar o mundo de forma globalizada - que têm na internet uma importante ferramenta - ainda que seja simplista sugerir que ele seja uma mera consequência delas.

Em alguma medida podemos caracterizar este processo como sendo de natureza narcísica, na medida, em que última análise, ele aponta para a construção de um “nós” que não se constitui de um “eu” mais “outros”, mas de um conjunto de “eus”, pessoas pretensamente dotadas de uma *personalidade* comum (Sennett, 1988). Isso nos permite arriscar uma hipótese para explicar porque a imensa distância entre a magnitude dos dramas descritos pelas cartas-corrente e o caráter minimalista da sua solução - um clique no mouse - não chega a apresentar, do ponto de vista dos destinatários/redistribuidores das mensagens, um verdadeiro problema. Mais do que um esforço coletivo de ação no sentido de resolver os problemas descritos nas cartas-corrente, a motivação principal dos participantes parece ser a de mostrar que também fazem parte do grupo dos “bons”, “preocupados” e “engajados”.

Fazendo nossas as palavras de Sennett: “A comunidade se torna um fenômeno de ser coletivo, mais do que de ação coletiva” (1988: 276).

## **Conclusão**

A última década do século XX assistiu à formidável expansão de um novo e revolucionário meio de comunicação: a internet. Não obstante o enorme interesse despertado em torno dele, trata-se de um fenômeno ainda muito pouco explorado. Em termos gerais, os estudos disponíveis sobre o tema têm especulado sobre as potencialidades comunicativas proporcionadas pelo novo meio mais do que analisado os modos concretos de sua utilização. No que se refere ao uso político da internet, tem sido sugerido que dadas as suas características de interatividade e fácil acesso, ela poderia se constituir em um efetivo instrumento de democratização, alavancando a criação de um espaço público virtual de alcance potencialmente global. A criação deste espaço, porém, esbarra no próprio “dilúvio informacional” (Levy: 1999) propiciado pelas facilidades de acesso à Rede, o que obriga os ativistas políticos a considerarem a eficácia de suas estratégias discursivas, a fim de mobilizarem os internautas para suas causas.

A proposta deste artigo foi a de investigar uma maneira, dentre as diversas existentes e possíveis, pela qual a internet é usada para fins políticos. Partimos da pressuposição de que as cartas-corrente constituem potencialmente um instrumento bastante eficaz de comunicação política que não apenas permite dar a conhecer problemas a um enorme número de pessoas, como o faz a um custo muito baixo e, ainda por cima, exigindo a participação cúmplice dessas pessoas para que a mensagem seja passada adiante.

Nosso artigo concentrou a sua atenção sobre um tipo muito particular de carta-corrente, dotado de duas características fundamentais: 1) considera problemas de âmbito fundamentalmente local como sendo de interesse global; 2) traduzem esses problemas nos termos de uma narrativa, notadamente um narrativa de horror. Tomada por si só, a primeira característica poderia sugerir que as cartas-corrente que analisamos são o sintoma do surgimento de uma consciência verdadeiramente global e democrática, caracterizada por um ativo engajamento de todos em questões que seriam do interesse de todos.

A segunda característica, porém, nos aponta para uma realidade bem menos risonha: o recurso à forma narrativa, e a narrativas de horror em particular, desempenha um importante papel no sentido de atrair o interesse dos destinatários das mensagens, e convertê-los em seus assinantes/repassadores, dados a capacidade da narrativa de proporcionar sentido ao mundo, e o poder de mobilização emocional das narrativas de horror em particular. Entretanto, isto tem um preço no que diz respeito à representação do mundo pelas cartas-corrente. O mundo civilizado é retratado como uma extensão dos Ocidente - ao menos no que se refere a princípios e valores - e aquilo que escapa à essa definição não pode ser mais do que um "resto", territórios anômicos ocupados por vilões sádicos e vítimas indefesas, abandonadas à própria sorte. Diante de tal quadro, o destinatário da mensagem é intimado a assumir o “lugar do herói”, contribuindo para dar fim ao terror através de um par de atos simples: assinar a carta-corrente e passá-la adiante.

O quadro resultante é certamente muito distante do proclamado ideal da cidadania global, fundamentalmente diversa e tolerante. Na verdade, o significado de assinar e redistribuir as cartas-corrente parece ser antes o oposto: nelas, é negado qualquer valor à alteridade: o outro é fundamentalmente mau ou, de modo alternativo, inteiramente

incompetente para gerir o seu destino. Tão importante quanto isso, ao reenviar a carta-corrente, o assinante está reafirmando os seus laços com a “Civilização Ocidental”. Dado o caráter essencialmente simbólico do compromisso que se estabelece nas cartas-corrente, resta perguntar se não é este, em última análise o principal propósito dessa participação: tornar-se parte do mesmo, de uma comunidade utópica na qual o “nós” se constitui como uma extensão do “eu”, da sua personalidade.

## Referências bibliográficas:

- ANDERSON, Benedict – *Nação e Consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989
- ANDERSON, Perry – *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999, 9ª ed.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARBERO, Jesus-Martin. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- BARTHES, Roland. Introdução à Análise Estrutural da Narrativa. In BARTHES *et alii* (org.). *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BAUDRILLARD, Jean. *A ilusão do fim ou A greve dos acontecimentos*. Lisboa: Terramar, 1992.
- BELL, Daniel – *The coming of post-industrial society*. New York, Basic Books, 1976
- BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na época da sua reprodutibilidade técnica” In LIMA, Luis Costa (org., introd. e coment.) *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 209-240.
- BORDWELL, David. *Narration in the Fiction Film*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.
- BOLLE DE BAL, M. – *La tentation communautaire*. Les paradoxes de la reliance et de la contre-culture. Bruxelas, Ed. de l’Université de Bruxelles, 1985
- BURKE, Peter – *Cultura popular na Idade Média*. São Paulo, Cia das Letras, 1989
- CAMPBELL, Richard (1991). *60 Minutes and the News: a Mythology for Middle America*. Urbana and Chicago: University of Chicago Press.
- CASTELLS, Manuel – *A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 2. O poder da identidade*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999
- CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- ESS, Charles. El ordenador político. Hipertexto, democracia y Habermas. In LANDOW, Georges. *Teoria del Hipertexto*. Barcelona: Paidós, 1997, p. 259-303.
- ETTEMA, James S. Discourse That is Closer to Silence Than to Talk: The Politics and Possibilities of Reporting on Victims of War. *Critical Studies in Mass Communication* 11, 1994, p. 1-21.
- FISHMAN, Mark. *Manufacturing the news*. Austin: University of Texas Press, 1980.
- GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado teatro no século XIX*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1991.
- GENETTE, Gérard. Fronteiras da narrativa. In BARTHES, Roland et alii, *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1976, 4ª ed.
- GIDDENS, Anthony – *As Consequências da Modernidade*. São Paulo, Ed. UNESP, 1991
- GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left*. Berkeley: University of California Press, 1980.
- HALL, Stuart – *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Ed. DP&A, 1998

- HALLIN, Daniel C. & MANCINI, Paolo. "Speaking of the President: political structure and representational form in U.S. and Italian television news". *Theory and Society*, 13, 1984, p. 829-850.
- HALLIN, Daniel. *We keep America on top of the world: television and the public sphere*. London & New York: Routledge, 1994.
- HALLORAN, James D.; ELLIOTT, Philip & MURDOCK, Graham. *Demonstrations and Communication: a Case Study*. Middlesex, England: Penguin Books, 1970.
- HARVEY, D. – *The Condition of Post-Modernity*. Oxford. Oxford University Press, 1989
- HILL, Kevin A. & HUGHES, John E. *Cyberpolitics: Citizen Activism in the Age of the Internet*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.
- HOBBSBAWN, Eric – *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1991
- HUGHES, Robert – *Cultura da Reclamação. O desgaste americano*. São Paulo, Cia das Letras, 1993
- HUTCHEON, Linda – *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Imago, 1991
- HUYSSSEN, Andreas – Mapeando o pós-moderno. IN: Hollanda, Heloisa Buarque de (org.)– *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991
- IANNI, Otavio – *A Sociedade global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992
- JAMESON, Frederic – Periodizando os anos 60. In: : Hollanda, Heloisa Buarque de (org.)– *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991
- JENKS, C. – *What is post-modernism?* London, Academy Editions, 1986.
- JOHNSON, S. – *How new technology transforms the way we create and communicate*. NY, Harpers Collins, 1996
- LANDOW, G – *Hipertexto. La convergencia de la teoria crítica contemporanea y la tecnologia*. Barcelona, Paidós, 1995
- \_\_\_\_\_ - (org.) – *Teoria del hipertexto*. Barcelona, Paidós, 1997
- LE MOS, André – Ciber-socialidade: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Revista Logos, Ano 4, n.6 – 1º Semestre /1997. FCS/UERJ
- LÉVY, Pierre – *Cibercultura*. São Paulo, Ed. 34, 1999
- LIESTOL, Gunnar – “Wittgenstein, Genette y la narrativa del lector en hipertexto”. In: Landow, G. – *Teoria del hipertexto*. Barcelona, Paidós, 1997.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986.
- MAFFESOLI, Michel – *A contemplação do mundo*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1995
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes 1990, 3ª ed.
- NEGROPONTE, Nicholas – *A Vida Digital*. São Paulo, Cia das Letras, 1995
- PALÁCIOS, M. – “Cotidiano e Sociabilidade no Ciberespaço: apontamentos para discussão”. In: Fausto Neto, A. & Pinto, J. M.(org). – *O Indivíduo e as Mídias*. Rio de Janeiro, COMPÓS/Diadorim, 1996
- RENAN, E. – “What is a nation”. In: Bhabha, H. (org.) *Narrating the Nation*. Londres: Routledge, 1990
- RHEINGOLD, H. – *Virtual Communities*. Addison-Wesley, 1993.
- RYAN, Charlotte. *Prime time activism: media strategies for grassroots organizing*. Boston: South End Press, 1991.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SCHUDSON, Michael. “The politics of narrative form: the emergence of news conventions in print and television”. *Daedalus* 111 (4), 1982, p. 97-112.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- SHIELDS, R. (ed.) – *Cultures of Internet*. Sage Ed., London, 1996
- STAR, Susan Leigh (org.) – *The cultures of Computing*. Cornwall, Blackwell Publishers, 1995.
- TURKLE, Sherry – *Life on the screen*. Cambridge, MIT Press, 1996
- TOURAINE, Alain – *La société post-industrielle*. Paris, Denoel, 1969.
- TUCHMAN, Gaye. *Making news: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.
- WESSELING, R. L. *Dividir para dominar: a partilha da África, 1880-1914*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Revan, 1998.
- WHITE, Hayden (1981). “The Value of Narrativity in the Representation of Reality”. In MITCHELL, W. J. T. *On Narrative*. Chicago: University of Chicago Press.
- WOLFSFELD, Gadi. *Media, protest, and political violence: a transactional analysis*. Austin: Association for Education in Journalism and Mass Communication, 1991 (Journalism Monographs, 127).